

REAGE CENPES – BOLETIM NÚMERO 4

reagecenpes@gmail.com

ESPECIAL FERTILIZANTES: ADUBANDO O DESMONTE DA EMPRESA

Atuando ativamente no agronegócio brasileiro no fornecimento de produtos nitrogenados de alta qualidade às indústrias de fertilizantes e suplementos minerais, as três fábricas de fertilizantes da Petrobras (FAFEN-BA, SE e PR) devem ser totalmente privatizadas segundo o PNG 2017-2021. Com isso, a Companhia perderá a posição de maior produtora nacional de fertilizantes nitrogenados, abrindo mão dos benefícios que esta demanda para o gás natural representa, reduzindo seus ganhos com a produção de gás e desprezando o grande potencial agrícola brasileiro com demandas crescentes por fertilizantes. Segundo a Scot Consultoria, especializada nas áreas de produção agrícola, administração de propriedade e de apoio ao negócio, desde a crise de 2008, as vendas aumentaram a uma taxa média de 8,6% ao ano no país. Ainda, de acordo com o IFA (Associação Internacional da Indústria de Fertilizantes, sigla em inglês), a demanda brasileira é projetada como crescente em cerca 5% a.a.. Também é interessante salientar que o Brasil é o quarto consumidor de fertilizantes, absorvendo 5,9% da demanda global, atrás apenas dos Estados Unidos, da Índia e da China. Importamos mais de 70% dos fertilizantes que utilizamos, ou seja, a produção nacional responde por cerca de 30% das necessidades atuais do país, configurando uma forte dependência externa e uma debilidade frente às condições de fornecimento global.

Várias barreiras impedem a viabilidade econômica de novos projetos de unidades industriais impossibilitando o aumento da produção nacional, dentre elas: o custo da matéria-prima, até então fortemente vinculado ao fornecimento do gás boliviano, a falta de tratamento isonômico entre produtos nacionais e importados, uma vez que a incidência de ICMS recai somente sobre a produção brasileira, o elevado nível de investimentos requeridos e os problemas enfrentados pela Petrobrás com os desdobramentos da Operação Lava Jato.

Já em 2008, alertava-se contra o oligopólio praticado pelas multinacionais no controle dos preços da produção local e importada de fertilizantes no Brasil, o qual se iniciou em 1993, com a quebra do monopólio da Companhia na produção nacional. Com a saída integral da Petrobras deste setor, a tendência é de que os problemas persistam e se intensifiquem, ao contrário do que dizem as “vozes do Mercado”.

DAQUI PARA FRENTE TUDO VAI SER DIFERENTE

De tempos em tempos surge na empresa um novo e supostamente revolucionário programa de segurança operacional. Os mais antigos se lembram do Pégaso (Programa de Excelência de Gestão Ambiental e Segurança Operacional), surgido após o trágico vazamento de petróleo na Baía de Guanabara em janeiro de 2000, quando do rompimento do oleoduto que liga a REDUC ao Terminal da Ilha D'Água derramou 1,3 milhão de litros de óleo na região. Junto com a criação da área corporativa de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), foram realizados cursos e palestras, distribuíram-se cartilhas e foi feita uma grande campanha interna para mostrar que daquela vez a empresa ia colocar segurança, saúde e meio ambiente como prioridades. Investimentos foram feitos no monitoramento e gestão de integridade de dutos e na instalação de nove Centros de Defesa Ambiental (CDAs) no país - medidas decerto necessárias.

De fato, toda esta estrutura foi colocada à prova nos acidentes subsequentes: o vazamento, ainda em 2000, de 4 milhões de litros de óleo cru do OSPAR (Oleoduto Santa Catarina – Paraná) e o vazamento em 2001 de 200 mil litros de óleo do duto Paulínia-São Paulo, que liga o terminal de Barueri à REPLAN, o qual provocou uma chuva de óleo em um condomínio de luxo em Barueri. Mas o programa não foi capaz de evitar o trágico acidente da plataforma P-36 em 2001, que deixou 11 mortos. Após o encerramento do Pégaso, surgiram as "15 diretrizes de SMS". Algumas diretorias criaram também seus programas, como o “Você Vale Mais” do Abastecimento. Na gestão Aldemir Bendine, em 2015, vieram as "Dez Regras de Ouro", reafirmadas em 2016, na gestão Pedro Parente, com o "Programa Compromisso com a Vida".

O mote dessas iniciativas sempre foi dizer que o compromisso com SMS é um valor para os gestores a ser disseminado pela força de trabalho. Repetem-se expressões como fortalecer a cultura, promover o engajamento, tolerância zero com desvios, exemplo da liderança, valorização da vida. Na própria divulgação do novo programa, repete-se que, ao identificar um risco, o empregado deve suspender a atividade, o que poderia significar, até mesmo, a parada de produção em uma unidade. Mas na prática, qual é o resultado disso? O risco faz parte de toda atividade industrial, cabendo então uma gestão que busque minimizar sua ocorrência e seu impacto, seja através da capacitação das pessoas na execução de suas atividades com segurança, seja por meio de um programa de integridade estrutural que conduza as atividades de inspeção e manutenção segundo as melhores práticas. Não basta estabelecer metas, acompanhadas através de indicadores: é preciso executar um conjunto de ações para atingir os objetivos. Porém tudo isso significa tempo, dinheiro e muitas vezes impacto na continuidade operacional, o que é sempre mal visto. O uso de indicadores vem normalmente atrelado a algum sistema de consequências, tipicamente uma premiação por bons resultados ou uma punição pelos ruins - isso não só para a segurança, mas principalmente para o desempenho operacional. Ao longo dos anos, vimos práticas que foram desde verbas ligeiramente superiores para as UOs com melhor desempenho até a perda de função de gerentes quando o desempenho foi ruim. Isso pode parecer razoável, porém, a análise fria de indicadores muitas vezes mascara a realidade e não raro se trabalha para "ficar bem na foto". Houve o caso de um gerente geral que ficou famoso pela frase "manutenção preventiva é dinheiro jogado fora", mas, no entanto, não estava mais lá, nem arcou com as consequências, quando os equipamentos começaram a falhar. Temos também o caso de outra UO que, sem verba adequada para manutenção da instrumentação de uma de suas unidades, acabou perdendo um equipamento caro. Ambas as situações poderiam ter causado acidentes pessoais e até mortes.

É muito comum que para garantir o atendimento a indicadores de acidentes com afastamento, haja subnotificação destes acidentes. Há vários relatos de colegas que foram constrangidos a trabalhar, mesmo fora de sua atividade, ou simplesmente a se apresentar no local de trabalho, apesar de terem sofrido algum tipo de ferimento - até mesmo queimaduras! - que justificaria uma licença médica, para que o indicador da UO não fosse impactado. Portanto é preocupante que, ao surgir mais um programa de segurança que preconiza um sistema de consequências, possamos novamente enfrentar o fantasma da subnotificação. É importante, sim, o acompanhamento dos acidentes, a análise acurada de suas causas e a correção de procedimentos, bem como a ampla disseminação destes resultados, para que possamos aprender com os erros e não repetí-los. Premiações e reconhecimentos, entretanto, devem ser consequências e não metas.

“Se as pessoas são boas só porque temem a punição e esperam a recompensa, então nós somos mesmo uns pobres coitados.” Albert Einstein

JÁ ESTÁ MONTADA A SUPER ESTRUTURA DO DESMONTE

Começa a se materializar mais um ato no plano de desmonte da Petrobrás. Estão saindo do papel as três Gerências Gerais de Aquisições e Desinvestimentos previstas no organograma da reestruturação, dentro da Gerência Executiva de Aquisições e Desinvestimentos: uma para o segmento de E&P, outra para o RGN e a terceira para Infraestrutura e Logística. Sem alarde, os gerentes gerais já foram designados e na de E&P já existe até uma pequena equipe. Não se sabe ainda como será a estrutura dessas GGs, mas ouviu-se nos corredores do EDISEN que muita gente já correu atrás de uma gerência ou coordenação.

A GE já tem as nove gerências previstas de Projetos de Aquisições e Desinvestimentos, subordinadas diretamente à gerente executiva, cada uma composta por um gerente e, pelo menos, um coordenador. Aliás, já são dez; e como a décima é identificada como "XI", é porque serão ao menos onze. A estrutura completa da GE consiste da gerente executiva, uma assistente, três gerentes gerais, 12 gerentes, 18 coordenadores, uma consultora e apenas seis empregados sem função gratificada. Uma significativa quantidade de "caixinhas" destinadas a promover a venda de ativos, demonstrando que não se poupam esforços - nem gratificações - para atingir as metas de desinvestimento do PNG, consolidando o forte ataque aos negócios da empresa.

Não podemos assistir a isso silenciosamente. Que futuro existe para uma empresa e seus funcionários quando ela vai na contramão de suas rivais e se apequena?

E A AMBIÊNCIA, COMO VAI?

Saíram os primeiros números da Pesquisa de Ambiência de 2016. Com uma queda de 74 para 64% na quantidade de respondentes, o Índice de Satisfação dos Empregados (ISE) caiu de 70 para 60 – o que era esperado com a turbulência causada por uma reestruturação que virou a empresa de cabeça para baixo e com um plano de negócios que a desmonta e vende ativos estratégicos.

Não à toa, a pergunta “O PNG está na direção certa?” teve apenas 37 pontos favoráveis. A confiança nas decisões da Alta Direção foi ainda menor – apenas 31 pontos. E o otimismo com o futuro da empresa, apenas 40 pontos. Parece que os petroleiros estão acordando para a realidade por trás dos discursos e cartilhas...

Qual será a avaliação da direção sobre o resultado? Certamente, dirão que as pessoas são naturalmente refratárias às mudanças, minimizando o significado dos baixos indicadores. Já vimos isso antes. Talvez culpem os gerentes por não terem conseguido convencer os subordinados da fórmula proposta para “salvar” a empresa – as parcerias e “desinvestimentos”. É possível que o presidente Pedro Parente atribua o resultado ao “ranço ideológico” – expressão que usou para tentar desqualificar as críticas à contratação, para a obra do COMPERJ, de empresas estrangeiras, grande parte delas envolvidas em escândalos de corrupção no exterior. Dificilmente serão capazes de admitir, ao menos publicamente, que o resultado é fruto da rejeição da maior parte dos empregados de um projeto claramente danoso à empresa que nos dá tanto orgulho e que tem um papel fundamental na economia do país.

E que plano da ação será proposto para melhorar os indicadores? Corte de cabeças? Afinal, pode ser o momento não de rever o que está sendo feito – pois têm plena consciência de para onde querem levar a Petrobrás com o PNG – mas de colocar em lugares chave pessoas ainda mais alinhadas com esse projeto.

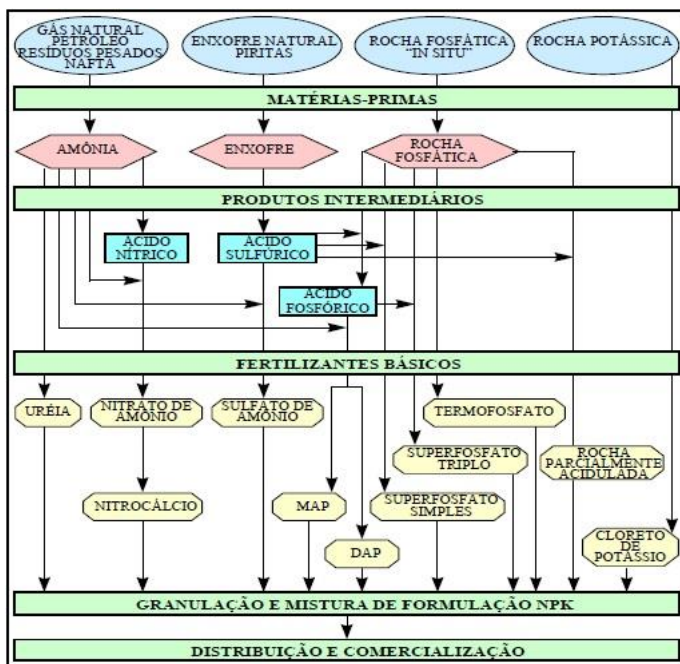
Certamente em breve receberemos mais uma cartinha.

ENTENDENDO O NEGÓCIO DAS FAFENS

O complexo produtor de fertilizantes envolve uma série de atividades que vão desde a produção de matéria-prima até a composição de formulações que são utilizadas na atividade agrícola.

A formulação básica dos fertilizantes NPK é uma composição de três elementos químicos: nitrogênio, fósforo e potássio. A proporção de cada elemento nessa combinação depende do fim a que se destina e das condições físico-químicas do solo a ser adubado. A fórmula NPK é utilizada para indicar o conteúdo percentual de nitrogênio em sua forma elementar (N), o conteúdo percentual de fósforo na forma de pentóxido de fósforo (P_2O_5) e o conteúdo percentual de potássio na forma de óxido de potássio (K_2O). As matérias-primas podem ser obtidas por meio da indústria petrolífera (nitrogenados) ou de atividades de extração mineral (fosfatados e potássicos).

A indústria de fertilizantes pode ser dividida em três atividades distintas: produção de matérias-primas básicas e intermediárias, produção de fertilizantes básicos e produção de misturas. Na primeira atividade, as empresas produzem as matérias-primas básicas (gás natural, rocha fosfática e enxofre) e intermediárias (ácido sulfúrico, ácido fosfórico e ácido nítrico). Na segunda atividade, fabricam-se os fertilizantes básicos nitrogenados (ureia, nitrato de amônio, nitrocálcio e sulfato de amônio), fosfatados (superfosfato simples, superfosfato triplo, fosfatos de amônio e fosfato natural acidulado) e potássicos (cloreto de potássio e sulfato de potássio). Na terceira atividade, a de misturas, as empresas atuam como misturadoras que compram matérias-primas e fertilizantes básicos e elaboram as formulações NPK nas dosagens adequadas ao tipo de solo ou cultura agrícola.



Fonte: Dias & Fernandes, Fertilizantes : uma visão global sintética. BNDES setorial, Rio de Janeiro, nº24, pp.97-138, set 2006

Como o próprio nome indica, os fertilizantes nitrogenados têm em sua composição o nitrogênio como nutriente principal e se originam da fabricação da amônia anidra (NH_3), que é a matéria-prima básica de todos os fertilizantes nitrogenados sintéticos. A amônia anidra, por sua vez, é um gás obtido pela reação de uma mistura de nitrogênio, proveniente do ar, com o hidrogênio oriundo de fontes como gás natural (mais utilizado), nafta, óleo combustível ou de outros derivados de petróleo. No Brasil, apenas as FAFENs e a Ultrafertil fabricam matérias-primas para adubos nitrogenados. A Ultrafertil tem déficit e a Petrobrás superávit na produção de amônia anidra, cujo excedente é vendido para o mercado interno.

Em razão da grande dependência externa, os fertilizantes representam um impacto considerável sobre a balança comercial brasileira. Segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), a importação desses insumos respondeu por quase 25% do déficit de US\$ 8 bilhões na balança comercial de produtos químicos em 2005, embora o agronegócio brasileiro tenha muitas vezes garantido o superávit da balança comercial do país. O déficit de produção de fertilizantes em 2013 foi de 21,77 milhões de toneladas ou 70% do consumo total.

No caso dos fertilizantes nitrogenados, a volatilidade de preços e a dependência do gás natural boliviano são fatores que historicamente têm dificultado a expansão da sua indústria. De fato, os preços crescentes do gás natural boliviano desestimulavam investimentos no setor de amônia e ureia, fazendo com que a demanda acabasse atendida por importações, que contam até com linhas internacionais de financiamento de longo prazo - outro problema. No entanto, o panorama tende a ser revertido, uma vez que a proporção de gás associado nos reservatórios do Pré-Sal é elevada e, conseqüentemente, a produção de gás da Petrobrás é crescente.

A importante participação dos fertilizantes como insumo para a produção agrícola e o deslocamento dessa produção para novas fronteiras agrícolas, juntamente com a concentração da cadeia produtiva, desde as matérias-primas até os fertilizantes básicos e misturas NPK, tornam essa indústria muito atrativa. As culturas que mais consumiram adubos em 2013, segundo a Scot Consultoria, foram a soja, o milho, a cana-de-açúcar e o café. Juntas responderam por mais de 70% do volume comercializado.

Os fertilizantes nitrogenados são fundamentais para dar suporte à expansão da cana-de-açúcar, principal cultura para a produção do etanol. A construção de novas unidades para produção desses fertilizantes é urgente. Caso contrário, o Brasil vai depender ainda mais de produtos importados. Note-se a estreita interligação entre fertilizantes e o negócio de biocombustíveis.

O Brasil possui aproximadamente 329 milhões de hectares de terras agriculturáveis, sendo que desse total, 80 milhões (24,3%) são para o cultivo da lavouras anuais e perenes e 172 milhões (52,1%) de hectares são pastagens (segundo dados do Centro de Agronegócios da FGV - GV Agro), além de clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e abundância de água doce disponível no planeta (lembre-se ainda dos aquíferos Guarani e de Alter do Chão). Somado a isto, o país possui excelentes condições no desenvolvimento do agronegócio, que é hoje uma das principais locomotivas da economia brasileira. O Brasil é hoje um importante produtor e exportador mundial de produtos agrícolas, sendo o maior produtor mundial de suco de laranja, café, açúcar e o segundo maior produtor de soja em grãos. Há efetivas possibilidades do Brasil se tornar o maior produtor de grãos, carnes e biocombustíveis do mundo. Perderemos esta oportunidade ou deixaremos que empresas estrangeiras se aproveitem deste potencial?

Produção, Importação e Oferta de fertilizantes intermediários e finais (mil toneladas) - 2008

INTERMEDIÁRIO	PRODUÇÃO NACIONAL (A)	IMPORTAÇÃO (B)	TOTAL (A+B) = (C)	(A/C) PROD. NACIONAL/ OFERTA TOTAL
Sulfato de Amônio	217.958	1.411.201	1.629.159	13,38%
Uréia	792.898	2.112.694	2.905.592	27,29%
Super Simple	4.707.201	300.753	5.007.954	93,99%
Super Triplo	759.813	1.011.100	1.770.913	42,91%
DAP	0	493.631	493.631	0,00%
MAP	113.097	1.053.958	1.167.055	9,69%
Nitrato de Amônio	283.664	714.253	997.917	28,43%
Cloreto de Potássio	671.000	6.656.000	7.327.000	9,16%
Total Intermediários	7.545.631	13.753.590	21.299.221	35,43%
NPK	22.429.232	270.162	22.699.394	98,81%

Fonte: Associação dos Misturadores de Adubos - AMA

BREVE HISTÓRICO DO SETOR NO PAÍS

Kulaif (1999) dividiu o estudo histórico do desenvolvimento da indústria de fertilizantes em cinco fases, classificadas segundo as principais mudanças estruturais ocorridas.

A primeira fase, relatada desde 1887 até 1966, abrangeu os antecedentes da implantação da indústria no Brasil. Nesse período o consumo de fertilizantes ainda ocorria em níveis muito baixos (menos de 160 mil toneladas anuais) tendo, tanto a produção interna quanto o comércio exterior, muito pouca expressão.

Na segunda fase, que foi de 1967 a 1973, principalmente graças a uma política agrícola dos governos militares que pretendia alavancar um forte setor agrícola exportador, ocorreu uma mudança qualitativa no padrão de crescimento do consumo de fertilizantes, tendo sido atingidos, em poucos anos, patamares significativamente mais altos de consumo. Nesse período, apesar de ter havido um aumento paulatino na produção dos fertilizantes, a maior parte do suprimento foi devido às importações.

A terceira fase, de 1974 a 1979, caracterizou-se por um aumento muito rápido da produção nacional a partir do lançamento do I Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (I PNFCA) que, implementando a política de substituição de importações para o setor de fertilizantes, implantou uma forte indústria nacional de matérias-primas básicas e intermediárias, toda assentada, nesse primeiro momento, em capitais estatais.

A quarta fase, que foi de 1980 a 1988, foi de consolidação da indústria nacional de fertilizantes fosfatados, a qual atingiu então a auto suficiência plena para a maior parte de seus produtos, colhendo os resultados dos maciços investimentos do período anterior. Esta auto suficiência, porém, nunca conseguiu se concretizar para os nitrogenados e os potássicos que foram sempre abastecidos pelas compras externas.

E a quinta fase, de 1989 até 1998, é marcada pela privatização das empresas de matérias-primas, que tinham forte participação da Petrobrás (Petrobrás Fertilizantes - Petrofertil, que reuniu cinco empresas: Ultrafertil, Nitrofértil, ICC, Goiásfértil e Fosfértil, além das Arafértil e Indag) e da reorganização da produção em torno de grupos privados. A partir de 1998, intensifica-se o aprofundamento do controle da indústria de fertilizantes, com a formação de grandes oligopólios descritos a seguir.

ATUAÇÃO DA PETROBRAS

Em 1971, teve início a utilização no país do gás natural dos campos produtores de petróleo da Bahia e de Sergipe como matéria-prima para a produção de amônia e ureia. A fábrica da Bahia foi pioneira na implantação do Pólo Petroquímico, uma das razões da escolha de Camaçari foi a de que já existia ali a estrutura industrial de gasodutos, água e eletricidade. Com a incorporação da Nitrofértil à Petrobras, em 17 de dezembro de 1993, a fábrica passou a ter a denominação atual: Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados FAFEN-BA. Ocupando uma área de 0,28 Km², a FAFEN-BA produz amônia, ureia fertilizante, ureia pecuária, ureia industrial, ácido nítrico, hidrogênio, gás carbônico e [Agente Redutor Líquido Automotivo \(Arla 32\)](#).

A fábrica de Sergipe (área de 1 Km²), FAFEN-SE, entrou em operação em 6 de outubro de 1982 e marcou um novo ciclo do desenvolvimento no estado, com a construção da adutora do Rio São Francisco, a ampliação da rede de energia elétrica, a revitalização da ferrovia que liga Sergipe à Bahia e ainda com a instalação do Terminal Portuário Ignácio Barbosa, em Barra dos Coqueiros, a 36 km de Aracaju. Desde 2014, a FAFEN-SE conta com uma planta de produção de sulfato de amônio com capacidade para produzir até 303 mil toneladas/ano, o que equivale a 80% da importação da região Nordeste (2014). Também produz ureia premium, que é a ureia especificada para ser diluída em água desmineralizada para a produção do Arla 32.

Capacidade instalada (Capacidade conjunta FAFEN-BA e FAFEN-SE):

- 900 mil t/ano de amônia;
- 1,1 milhão de t/ano de ureia;
- 36.000 t/ano de ácido nítrico e
- 150.000 t/ano de CO₂

A FAFEN-PR entrou em operação em 1982 e passou a integrar o nosso portfólio de produção de fertilizantes em junho de 2013, tendo capacidade de produção anual de 700 mil toneladas de ureia e 475 mil toneladas de amônia, além de produzir o [Agente Redutor Líquido Automotivo \(Arla 32\)](#). A fábrica é vizinha da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar, que lhe fornece matéria-prima. A aquisição da FAFEN-PR estava alinhada ao Plano de Negócios e Gestão 2013-2017, objetivando complementar nossos demais ativos de fertilizantes, possibilitando maior proximidade com os mercados de São Paulo e Paraná, maior disponibilidade de armazenamento e modais de transporte e otimização do mix de produção de cada fábrica para atender aos perfis de seus mercados adjacentes.

Em relação a importância dos produtos comercializados pelas FAFENs, a ureia é usada na produção de fertilizantes, na indústria farmacêutica, de cosméticos e moveleira. Igualmente utilizada para produzir fertilizantes e, em menor escala, ração animal, temos a amônia, enquanto que o ácido nítrico é vendido, por exemplo, como insumo para a Dow Química, líder mundial em látex e serviços para os segmentos de papel-cartão e carpetes. O gás carbônico produzido no processo pode ser aproveitado para a indústria de alimentos e bebidas. Por fim, o ARLA 32 é a abreviação de Agente Redutor Líquido de óxidos de nitrogênio (NOx) Automotivo e, por determinação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), toda a frota nacional movida a diesel deve adotá-lo como aditivo. Com isso, estima-se que em pouco tempo o Brasil será um dos três maiores mercados de Arla no mundo. A Petrobras Distribuidora comercializa em sua rede de postos o produto com a marca Flua Petrobras.



Fonte: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT287775-16642,00.html>

O OLIGOPÓLIO

A configuração atual da indústria brasileira de fertilizantes está fortemente calcada nas mudanças ocorridas a partir do início da década de 90. A partir da privatização, com a venda das empresas estatais atuantes no setor para um consórcio de empresas consumidoras dos produtos daquelas privatizadas, o mercado produtor de fertilizantes no Brasil passou a ter como principal player a holding Fertifós, detentora do controle acionário das grandes produtoras de matérias-primas Fosfertil (fosfatados) e Ultrafertil (nitrogenados). O consórcio Fertifós era formado por sete empresas, quais sejam: IAP, Manah, Solorrlico, Fertibrás, Fertiza e Takenaka/Ouro Verde. Em 2000, realizou-se a compra, pelo Grupo Bunge, das empresas IAP, Takenaka/Ouro Verde e Manah e a compra, pela Cargill, da Solorrlico e da Fertiza. Assim, a Bunge passou a deter 52,3%, a Cargill 33,1% e a Fertibrás 12,76%, do controle acionário da Fertifós. Em consequência, o consórcio, capitaneado pela Bunge passou a ter o controle acionário da Fosfertil, que por sua vez, tem o controle acionário exclusivo da Ultrafertil.

Na continuidade do processo de concentração e internacionalização do setor, a Cargill Fertilizantes foi adquirida pela Mosaic, surgida da união entre as empresas Cargill Fertilizantes e a IMC Global, duas grandes empresas conhecidas no agronegócio, e a Fertibrás foi adquirida pelo Grupo Yara. Em 2010, houve a aquisição pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), de todos ativos de fertilizantes do Grupo Bunge, além da compra da participação acionária da Yara e da Mosaic na Fosfertil.

No fim de 2012, a Bunge deixou por completo o mercado de fertilizantes no Brasil, anunciando a venda de sua área de Fertilizantes para a norueguesa Yara, por US\$ 750 milhões. A operação incluiu 22 unidades misturadoras do produto, armazéns e marcas, incluindo Manah, IAP e Serrana. A transação previu ainda um acordo de longo prazo para o fornecimento de fertilizantes aos agricultores. A Bunge Brasil manteve e continuou a operar o terminal de fertilizantes no Porto de Santos (SP). Executivos da empresa norueguesa afirmam que a tendência do mercado de fertilizantes é a concentração dos ativos nas mãos de empresas especializadas no setor. Por esta época, o senhor Pedro Parente ocupava o cargo de presidente e CEO da Bunge Brasil, tendo se aposentado em 30 de junho de 2014.

Alterando mais uma vez o perfil do oligopólio, a Vale Fertilizantes anunciou em dezembro de 2016 a venda de seus ativos de fertilizantes à empresa americana Mosaic. O acordo de compra envolve também os ativos de potássio localizados no Brasil, incluindo o projeto de Carnalita, que fica em Sergipe. Igualmente fazem parte da venda os ativos de fosfatados localizados no Brasil, exceto os baseados em Cubatão, a participação em Bayóvar, no Peru e o projeto de potássio no Canadá (Kronau). A transação com a Mosaic totalizou

aproximadamente US\$ 2,5 bilhões. A Vale receberá US\$ 1,25 bilhão e 11% das ações da empresa. A consumação da transação é esperada para final de 2017 e está sujeita à separação dos ativos de Cubatão da Vale Fertilizantes e a diversas aprovações, entre elas, a do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Ao final de tudo, Mosaic e Yara tornam-se mais uma vez, indiscutivelmente, os grandes *players* de fertilizantes no Brasil.

Há décadas as grandes multinacionais têm influenciado o preço interno decidindo ora sobre a produção nacional, ora sobre o fornecimento do internacional, isso porque as unidades dessas empresas no exterior vendem boa parte do fertilizante importado pelo Brasil. Para se ter uma ideia do *lobby* destas empresas, não há incidência de ICMS sobre o produto importado; apenas sobre o nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem importância no mercado mundial não só pelo volume, mas também pelo fato de sua demanda ser fortemente sazonal, concentrada principalmente no segundo semestre (outros principais países compradores concentram suas compras no primeiro semestre em virtude de seus calendários agrícolas), o que lhe possibilita algum poder de barganha. Porém, fatores como dificuldades logísticas, falta de infraestrutura, o próprio valor do frete e, principalmente, as ações do oligopólio atuante no país influenciam o preço final do custo da matéria-prima. A Petrobras, em seu segmento de nitrogenados, enfrenta a forte concorrência do produto importado, além de arcar com os custos inevitáveis com a matéria-prima (gás natural e água). Uma vez que a Petrobras tem vendido ativos estratégicos no segmento de Gás Natural, o preço do insumo terá um peso ainda incerto para a área de fertilizantes.

O panorama do mercado nacional de fertilizantes serviu de motivador para os empreendimentos Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN III), em Três Lagoas (MT) e UFN V, em Uberaba (MG). Houve um estudo consistente para o início do projeto e a escolha dos locais, porém, com 80% e 30% de realização, respectivamente, as obras foram interrompidas após um investimento de R\$ 3,5 bilhões (UFN III) e R\$ 1,2 bilhão (UFN V).

Em dezembro de 2014 a Petrobras rescindiu o contrato com o consórcio formado pelas empresas Sinopec e Queiroz Galvão, por se recusar a pagar os aditivos demandados pela EPCista. A obra passou a ser fiscalizada também pelo TCU, que identificou irregularidades em pagamentos de bens e serviços sem garantias à Petrobras. A Operação Lava Jato também trouxe à tona o esquema de propinas que superfaturou o valor do empreendimento. Agora temos equipamentos hibernando em condições questionáveis e um ativo repetidas vezes sendo depreciado nos repetidos testes de *impairment* que criam prejuízos artificiais para a Companhia.

O projeto UFN V foi encomendado ao consórcio Toyo-Setal e teve sua interrupção em julho de 2015 em função de sucessivos adiamentos, por parte da Gasmig, na construção do gasoduto que forneceria gás natural à planta. A Petrobras também alega que o mercado nacional apresentou um recuo na demanda por amônia, principal produto da UFN V. No entanto, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), uma empresa pública estadual mineira, ofereceu uma proposta à Petrobras pelo negócio em dezembro de 2015. Não se tem notícias sobre o andamento das negociações, mas a prefeitura local tem defendido o ingresso de empresas privadas para a aquisição do negócio e conclusão da obra.

Uma vez fabricados os fertilizantes intermediários, a mistura e distribuição dos fertilizantes formulados (NPK) é relativamente simples. Por essa razão, a cadeia produtiva é concentrada à montante, enquanto à jusante é fragmentada. A fabricação dos insumos químicos para fertilizantes acontece em plantas exclusivas e intensivas em capital utilizando processos altamente especializados, enquanto que a mistura dos fertilizantes finais (NPK) é um processo pouco complexo. Daí nota-se o grande interesse em se privatizar as FAFENs, poupando os futuros compradores de tais investimentos.

O problema da área de fertilizantes da Petrobras é uma questão de estratégia interna e não se resolverá com venda de ativos. Desfazer-se das FAFENs torna-se temerário, uma vez cientes dos quadros de demanda de fertilizantes e suplementos agrícolas ora apresentados. Temos portfólio de produtos que atendem tanto ao agronegócio, como também a vários outros segmentos industriais. Segue que deveríamos analisar o mercado e as oportunidades para aproveitar os períodos em que a demanda por fertilizantes diminui, vendendo produtos para outros setores. O ARLA 32, por exemplo, será demandando cada vez mais de acordo com a renovação de frota de caminhões e ônibus. Conforme apresentado, já há quem veja este nicho de mercado como um grande filão para os próximos anos. Enquanto isso, continuamos com nossa visão de curto prazo e seguiremos, a menos que haja reação do povo brasileiro, em especial da categoria petroleira, entregando a preços aviltantes uma série de ativos estratégicos que concentrarão cada vez mais riquezas nas mãos de poucos, com prejuízo para o país como um todo. Até quando??

ENQUANTO ISSO, NO ABASTECIMENTO...

A não tão nova política de preços de combustíveis da Petrobras foi aprovada em 14/10/2016, pregando como doutrina o preço de paridade internacional. Abrindo mão das margens de lucro que vinha obtendo nos últimos tempos, a Companhia na ocasião decidiu reduzir o preço do diesel em 2,7% e da gasolina em 3,2% na refinaria. A decisão foi tomada, principalmente, para facilitar a privatização das refinarias do sistema, tornando o negócio mais atraente para parceiros privados. O consumidor esperou uma redução dos preços na bomba, mas, ao contrário, “a bomba explodiu” no colo de todos nós e o que se viu foi um aumento. No final, quem ganhou foi a Shell, e nossas concorrentes que não desistiram dos biocombustíveis, pois o etanol roubou a cena e confiscou o prêmio da Petrobras.

No entanto, após dois meses de redução no valor do combustível, a Companhia promoveu um reajuste da gasolina em 8,1% e do diesel em 9,5%; em dezembro do ano passado. Iniciando-se os reajustes de 2017, foi anunciado pelo Valor Econômico, em 17/01, que o preço pago pelo consumidor nos postos tem crescido acima dos reajustes praticados pela Companhia nas refinarias desde outubro. A gasolina acumulou alta de 3,2% nas bombas, enquanto o diesel subiu 2,7%. A Petrobras, por sua vez, acumulou uma alta de 1,8% na gasolina e 2,5% no caso do diesel. Um levantamento da ANP sugere que os repasses das distribuidoras foram maiores no caso da gasolina. Desde outubro, as companhias do elo de distribuição aumentaram os preços do derivado, em média, 3,7%: o dobro do reajuste acumulado nas refinarias no período. Por outro lado, no caso do diesel, as distribuidoras aumentaram o preço em 1,1%, abaixo dos patamares de reajuste da Petrobras; ou seja, o repasse ao consumidor final se deu em maior parte nos postos de combustíveis. Fica para os (as) leitores (as) responderem qual o ganho real que a Companhia e o país têm obtido com isso.

Enquanto isso, foram feitas diversas denúncias anônimas ao petroleiro e sindicalista Deyvid Bacelar, por parte de funcionários da RLAM, de que a Petrobras negocia com a petrolífera francesa Total a venda de mais de 50% das ações da refinaria, incluindo ainda todo seu sistema logístico (terminal de Madre de Deus, tubovias, etc). A notícia foi divulgada pelo colega logo no início de janeiro (<http://www.devidbacelar.com.br/rlam-vai-ser-vendida-para-total-acorda-categoria/>), tendo sido desmentida de imediato pela diretoria da Petrobras (<http://www.valor.com.br/empresas/4827702/petrobras-nega-informacoes-sobre-venda-de-refinaria-para-total>) em 05/01/2017, a qual reforçou que a intenção da empresa não era vender ativos de refino separadamente. A Companhia avalia criar uma empresa que ficaria com as unidades de refino e logística, separando-a dos ativos de distribuição. Em um segundo momento, seria vendida uma participação nessa empresa para um parceiro.

Seja como for, as denúncias continuaram e mais uma postagem foi feita sobre o assunto (<http://www.devidbacelar.com.br/o-nosso-patrimonio-continua-sendo-vendido/>). Vale lembrar que Petrobras e Total assinaram no final de dezembro (leia abaixo, o texto Contabilidade Enigmática) um “acordo” no qual foram incluídos, dentre outros ativos, a venda de 50% das termelétricas Rômulo de Almeida e Celso Furtado, ambas na Bahia, bem como o compartilhamento do uso do terminal de gás natural liquefeito (GNL) da Baía de Todos os Santos.

Apesar de ser a mais antigas refinarias do sistema Petrobras, a RLAM recebeu várias unidades novas, como destilação, geração de hidrogênio, HDT, HDS, além de possuir um trem de lubrificantes, utilizando óleo do recôncavo e outros óleos pesados pesquisados pelo CENPES. Considerando que a REDUC é nossa outra unidade com parque de lubrificantes, a venda da RLAM significa a perda de parte expressiva da produção de lubrificantes da Companhia.

CONTABILIDADE ENIGMÁTICA

A contabilidade praticada pela Petrobras desde 2014, por conta do impasse ocorrido com a auditora PwC, desafia o entendimento lógico de qualquer um que se debruce sobre os números com um mínimo de atenção. O que justifica o PNG 2017-2021 prever um dólar a R\$ 3,55, em 2017, e a R\$ 3,72, no médio prazo, pressionando nossa dívida em dólar, enquanto o último teste de *impairment* considerou o real mais apreciado, a R\$ 3,46, em 2017, e a R\$ 3,36, no médio prazo, depreciando valor dos nossos ativos? Lembrando que a participação da dívida dolarizada no endividamento era de 70,4% no fim de setembro de 2014. E, falando em testes de *impairment*, depreciar os mesmos ativos por três anos consecutivos é inimaginável! A esse respeito vale a pena ler o texto do economista Cláudio Oliveira da Costa (<http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/14101/A-auditoria-da-Petrobras-precisa-ser-auditada>), o qual ainda reivindica a auditoria da auditoria da Petrobras, uma vez que as “Big Four” (KPMG, Ernst, Price e Deloitte) não são santas e já estiveram envolvidas em muitas falcatruas mundo afora. Um exemplo recente é o escândalo financeiro descoberto em 2014 ao qual foi dado o nome de *Luxemburgo Leaks*. Com o apoio das “Big Four”, grandes empresas transacionais (384 no total) evitaram o pagamento de impostos, através de um artifício chamado *elisão fiscal*. O processo está em andamento e envolve empresas brasileiras”.

Em outra direção, a Petrobras assinou em 21/12/2016, com a empresa francesa Total, um Acordo Geral de Colaboração (*Master Agreement*) relacionado à Parceria Estratégica (para quem?) estabelecida no Memorando de Entendimentos, firmado em 24/10/2016, conforme comunicado ao mercado. Dentre outras, celebrou-se a cessão de direitos de 35% do campo de Lapa, no Bloco BM-S-9, com a transferência da operação para Total, ficando a Petrobras com 10% de participação nesta concessão. Só que investimos na exploração da área (sísmica e geologia), na instalação das facilidades e quando colocamos os sistemas para produzir, só ficamos com os míseros 10%! Além disso, a venda foi por aproximadamente US\$ 2,00/barril, sendo que o custo internacional médio é de US\$ 8/barril. Como entender? Impossível não lembrar do bloco exploratório BM-S-8, localizado no campo de Carcará, no Pré-Sal da Bacia de Santos, cuja participação da Petrobras, de 66%, no foi vendida no ano passado por US\$ 2,5 bilhões para a estatal norueguesa Statoil, a serem pagos em duas partes iguais, sendo que a segunda está condicionada à unitização do campo (que extrapola para áreas contíguas). Novamente nossa contabilidade criativa considerou um barril de petróleo extremamente depreciado, a ponto de surpreender até mesmo a consultoria Raymond James.

De fato, entender essa contabilidade exige criatividade e uma boa dose de “desapego” à Companhia.

Refinaria Landulpho Alves (RLAM)



Resumo histórico

A Refinaria Landulpho Alves (RLAM) foi a primeira refinaria nacional de petróleo. Sua criação, em setembro de 1950, foi impulsionada pela descoberta do petróleo na Bahia e pelo sonho de uma nação independente em energia.

Localizada no Recôncavo Baiano, sua operação possibilitou o desenvolvimento do primeiro complexo petroquímico planejado do país e maior complexo industrial do Hemisfério Sul, o Polo Petroquímico de Camaçari.

Nela são refinados, diariamente, 31 tipos de produtos, das mais diversas formas. Além dos conhecidos GLP, gasolina, diesel e lubrificantes, a refinaria é a única produtora nacional de food grade, uma parafina de teor alimentício utilizada para fabricação de chocolates, chicletes, entre outros, e de n-parafinas, derivado utilizado como matéria-prima na produção de detergentes biodegradáveis.

Capacidade instalada

Capacidade para 323.000 bbl/d (51.352 m³/d).

Principais produtos

- Diesel
- Gasolina
- Querosene de Aviação (QAV)
- Asfalto
- Nafta petroquímica
- Gases petroquímicos (propano, propeno e butano)
- Parafinas
- Lubrificantes
- GLP
- Óleos combustíveis (industriais, térmicas e bunker)

Nascida em 17 de setembro de 1950, antes mesmo da criação da Petrobras, com o nome de Refinaria Nacional do Petróleo, vivia-se a época em que o povo ia às ruas gritar “O Petróleo é nosso”, denunciando os interesses estrangeiros na exploração do ouro negro. Enquanto isso, a produção do óleo em Candeias impulsionou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), um órgão federal, a investir na região. Com a entrada em operação da Refinaria Nacional, começa um novo ciclo de desenvolvimento para a Bahia e para o Brasil. A refinaria iniciou sua operação com uma produção significativa para a época: 2.500 barris por dia, acabando de vez com a crença de que não existia petróleo no solo brasileiro. A Landulpho Alves foi responsável por manter, durante quase três décadas, a Bahia como o único estado produtor de petróleo no Brasil, chegando a produzir 25% da demanda do país.

Em 1953, com a criação da Petrobrás, a refinaria foi incorporada à recém criada companhia, sendo rebatizada em 1957, em homenagem ao engenheiro agrônomo e político baiano que lutou pela causa do petróleo no Brasil. (<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-landulpho-alves-rlam.htm>).

PETROBRAS REIVINDICA REVISÃO NOS “RATINGS”

Conforme pode-se ler nas últimas notícias, o diretor Ivan Monteiro tem reivindicado uma revisão no “rating” da Petrobras por parte das agências de risco, uma vez que a empresa tem seguido com celeridade assombrosa todos os ditames do Capital Internacional, vendendo ativos estratégicos a valores depreciados e formando parcerias vantajosas somente para os “parceiros”.

“Apesar de ver com bons olhos as ações que têm sido tomadas pela administração da Petrobras, a Fitch Ratings avalia que a possibilidade de uma ação positiva sobre a nota de crédito da companhia está limitada pelo fato dela estar classificada atualmente no mesmo nível da nota soberana brasileira, conforme a escala da agência. A Petrobras tem nota “BB” com perspectiva negativa na escala da Fitch, mesmo nível do Brasil e dois degraus abaixo do limite do grau de investimento. A última ação de *rating* da agência sobre a estatal foi feita em 10 de maio de 2016, pouco após o corte da nota soberana, de “BB+” para “BB”, noticiou o Valor Econômico.

Em outubro do ano passado, a agência de classificação de risco Moody’s elevou os *ratings* da Petrobras de B3 para B2, citando um “menor risco de liquidez e perspectivas de melhor desempenho operacional da companhia no médio prazo”. Ao mesmo tempo, a perspectiva dos *ratings* foi alterada de negativa para estável. Na ocasião, a diretoria da Petrobras afirmou que a revisão da nota de crédito pela Moody’s seria um “reconhecimento importante dos esforços que estão sendo feitos pela companhia e reforça que as metas principais do planejamento estratégico anunciado recentemente – de redução do endividamento através do programa de parcerias e desinvestimentos e da melhoria operacional – são compromissos importantes no processo de recuperação da empresa”.

No boletim anterior, publicamos sobre a falácia por trás das avaliações destas agências de risco, muito mais ligadas a *lobbies* e articulações de mercado que à realidade dos fatos. No documentário “Inside Job”, podem-se ver cenas de um processo judicial nos EUA, quando representantes das três grandes agências de risco prestaram depoimento, nos quais reduziam o valor de seus *ratings* a meras “opiniões”, as quais foram valorizadas por decisão de responsabilidade única dos investidores:

“Standard&Poor’s Rating expressa nossa opinião (...). Opiniões e elas são somente opiniões. Eles (*ratings*) não falam pelo valor de mercado dos títulos, da volatilidade dos preços ou do acerto como investimento”. Deven Sharma (ex Presidente da Standard&Poor’s).

“Os nossos *ratings*, senhor... são a nossa opinião (...) Acho que estamos enfatizando o fato de que nossos *ratings* são opiniões”. Stephen Joynt (ex CEO da Fitch)

“Opiniões e elas são somente opiniões” Raymond McDaniel (CEO da Moody’s Corporation). São essas “opiniões” que nós devemos valorizar tanto para nos indicar o caminho certo?